

## **Moção – Distribuição de Vagas no Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior Público**

Os *numerus clausus* para o ano letivo de 2018/19 foram conhecidos através do Despacho n.º 5036-A/2018, emitido pelo Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). Este despacho fixa as recomendações para o número de vagas disponíveis em cada Instituição do Ensino Superior (IES). No mesmo é apresentado uma redução de 5% das vagas nas IES situadas nas cidades de Lisboa e do Porto.

Esta medida, já anunciada alguns meses antes, baseia-se no relatório preliminar da OCDE sobre o Ensino Superior Português e visa aumento do número de estudantes a ingressar nas instituições localizadas no interior do país, onde existem menos habitantes e onde se regista um maior envelhecimento e tendência para perder população jovem. Assim, pretendia-se, hipoteticamente, reverter a concentração de cerca de 49% dos estudantes nas cidades de Lisboa e do Porto.

A redução de vagas nestes centros urbanos foi amplamente debatida e criticada pelos Dirigentes Associativos em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas e foram elaborados diversos documentos, explanando a posição dos mesmos à tutela, sugerindo diversas outras opções para contornar a carência de população jovem no interior do país, tais como o reforço do Programa +Superior e das ligações das Instituições de Ensino Superior com as indústrias locais. Esta posição reforçava a ideia de que esta carência não poderia ser combatida apenas com a medida proposta pela tutela, sendo essencial criar outros incentivos que pudessem levar os estudantes a optarem pelo ingresso nas instituições do interior do país, assim como permanecerem nestas localidades depois de finalizar a sua formação.

Aquando da apresentação das vagas que seriam disponibilizadas aos candidatos no Concurso de Acesso ao Ensino Superior, foi possível concluir que o corte em discussão representava menos 1066 vagas nestes centros urbanos, 729 vagas relativas às IES situadas em Lisboa e 337 vagas nas IES localizadas no Porto.

A Universidade de Lisboa destaca-se como sendo a Instituição de Ensino Superior com o maior número de redução de vagas, totalizando menos 383 vagas, cerca de 5,3% do total das suas vagas. Segue-se a Universidade do Porto, que reduziu 209 vagas, e a Universidade Nova de Lisboa que reduziu 135 vagas, representando também 5,3% do total de vagas destas duas instituições.

Estes eram valores já esperados, visto estas universidades serem as Instituições de Ensino Superior que mais vagas fornecessem ao concurso de Acesso ao Ensino Superior nestas cidades. No entanto, estes valores resultaram em grandes cortes em áreas muito procuradas nestas cidades, como a área de Direito, Letras e Artes. As vagas nestes cursos foram mais reduzidas pois as diretrizes do despacho supracitado previam que cursos na área da Medicina, Engenharias e Física mantinham os seus números. Alguns bons exemplos do resultado esperado por esta medida, são o Instituto Politécnico de Bragança que aumentou 4,7% das suas vagas, apresentando 95 novas vagas para os estudantes e o Instituto Politécnico de Beja, que apesar de disponibilizar apenas mais 55 vagas, viu um aumento percentual de 10,4%. Contudo, considerando o objetivo primordial desta decisão, era esperado que fossem priorizadas as instituições do interior do país, o que não aconteceu, uma vez que a localidade que apresentou maior aumento de vagas foi a cidade de Coimbra, também conhecida como a Cidade dos Estudantes.

O Instituto Politécnico de Coimbra teve um aumento de 131 vagas e a Universidade de Coimbra, um aumento de 68 vagas. Mesmo sendo a terceira maior cidade universitária e tendo apresentado em 2017 um total de 5476 vagas, a cidade de Coimbra teve mais 180 vagas ao dispor dos estudantes que pretendem ingressar este ano no Ensino Superior. Assim, o número total de vagas nesta cidade representa 80% do número de vagas disponibilizadas na cidade do Porto, havendo uma ainda maior concentração dos estudantes nesta cidade.

Da mesma forma, a subida de 54 vagas na Universidade de Aveiro, que já apresentava 2114 vagas no ano de 2017, é uma decisão contraproducente porque, para além de se

localizar no litoral, esta é uma das instituições mais disputada entre os estudantes no que toca às candidaturas ao Ensino Superior. Pelos mesmos motivos, foi inesperado o acréscimo de 136 vagas às já 2733 vagas disponíveis em 2017 pela Universidade do Minho. Estes valores tornam-se ainda mais contraditórios quando comparados com o número de vagas apresentado por outras Instituições de Ensino Superior localizadas no interior do país. O Instituto Politécnico de Santarém reduziu 55 vagas este ano; a Universidade dos Açores manteve exatamente o número de vagas do ano anterior; a Universidade da Madeira apenas apresenta mais 42 vagas que no ano de 2017 e os Institutos Politécnicos da Guarda, Leiria e Viseu viram apenas um aumento de menos de 20 vagas.

Concluimos que esta redução de vagas das Universidade e Institutos Politécnicos de Lisboa e do Porto não cumpriu sequer o objetivo, prontamente criticado pelos estudantes, a que se propunha. As 1066 vagas retiradas destas instituições não foram recolocadas no interior do país e a descentralização proposta por este despacho acabou por não se observar. Muito pelo contrário, as vagas foram transferidas para Instituições de Ensino Superior que já tinham um grande número de estudantes, centralizando os estudantes apenas noutras cidades do litoral, o que não ajudará em nada na fixação dos estudantes no interior do país.

Consequentemente, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no dia 1 e 2 de setembro de 2018 em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas do Estoril, vêm, por este meio:

1. Criticar a medida implementada, nomeadamente a distribuição das 1066 vagas resultantes dos cortes nas IES das cidades de Lisboa e do Porto. Esta distribuição não veio privilegiar as instituições do interior e não trouxe a descentralização a que se propunha;
2. Requerer a realização de um estudo que pondere todas as consequências desta medida: a redução de candidaturas de estudantes à 1.ª fase do concurso

de Acesso ao Ensino Superior; o número de estudantes que não conseguiram ficar colocados; o número de estudantes deslocados em comparação com o ano de 2017 e o número de estudantes a requerer alojamento nas residências universitárias. Parece-nos essencial que este estudo seja realizado logo após o término da 3.<sup>a</sup> fase do concurso e que sejam reavaliados os números de abandono escolar após o final do ano letivo e os seus motivos;

3. Pedir a revisão da resolução, revertendo-a ou reestruturando a sua aplicação no ano letivo de 2019/20, com base em todos os resultados do estudo anteriormente pedido.

Estoril, 1 e 2 de setembro de 2018

**Proponente:** Federação Académica de Lisboa

**Endereço a:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

## ANEXO

**Tabela 1** - Dados do número de vagas disponibilizado para o Concurso Nacional de Acesso do Ensino Superior de 2017 e 2018 fornecido pela nota de imprensa da Direção Geral do Ensino Superior e a respetiva variação de vagas para estes anos.

	Vagas de 2017	Vagas de 2018	Variação de Vagas	Percentagem
Universidade dos Açores	663	663	0	0,0%
Universidade do Algarve	1405	1475	70	4,7%
Universidade de Aveiro	2114	2168	54	2,5%
Universidade da Beira Interior	1245	1307	62	4,7%
<b>Universidade de Coimbra</b>	<b>3189</b>	<b>3257</b>	<b>68</b>	<b>2,1%</b>
Universidade de Évora	1088	1175	87	7,4%
<b>Universidade de Lisboa</b>	<b>7661</b>	<b>7278</b>	<b>-383</b>	<b>-5,3%</b>
Universidade Nova de Lisboa	2706	2571	-135	-5,3%
<b>Universidade do Minho</b>	<b>2733</b>	<b>2869</b>	<b>136</b>	<b>4,7%</b>
Universidade do Porto	4185	3976	-209	-5,3%
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1375	1444	69	4,8%

Universidade da Madeira	593	635	42	6,6%
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1102	1047	-55	-5,3%
<b>Instituto Politécnico de Beja</b>	<b>476</b>	<b>531</b>	<b>55</b>	<b>10,4%</b>
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	635	667	32	4,8%
<b>Instituto Politécnico de Bragança</b>	<b>1908</b>	<b>2003</b>	<b>95</b>	<b>4,7%</b>
Instituto Politécnico de Castelo Branco	881	925	44	4,8%
<b>Instituto Politécnico de Coimbra</b>	<b>1967</b>	<b>2098</b>	<b>131</b>	<b>6,2%</b>
Instituto Politécnico da Guarda	680	699	19	2,7%
Instituto Politécnico de Leiria	1900	1915	15	0,8%
Instituto Politécnico de Lisboa	2403	2283	-120	-5,3%
Instituto Politécnico de Portalegre	511	537	26	4,8%
Instituto Politécnico do Porto	3010	2895	-115	-4,0%
<b>Instituto Politécnico de Santarém</b>	<b>973</b>	<b>944</b>	<b>-29</b>	<b>-3,1%</b>
Instituto Politécnico de Setúbal	1184	1210	26	2,1%
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	973	1022	49	4,8%

Instituto Politécnico de Viseu	1308	1314	6	0,5%
Instituto Politécnico de Tomar	477	500	23	4,6%
<b>Escola Superior de Enfermagem de Coimbra</b>	<b>320</b>	<b>320</b>	<b>0</b>	0,0%
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	300	285	-15	-5,3%
Escola Superior de Enfermagem do Porto	270	257	-13	-5,1%
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	173	173	0	0,0%
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	430	409	-21	-5,1%